



A importância dos direitos humanos frente à desigualdade social

The importance of human rights against social inequality

Marcos Alves de Vasconcelos¹, Jacson Emanuel Silvo Santos² & Tiago Medeiros Leite³

Resumo: Os direitos humanos têm como objetivo principal a valorização humana, buscando de plano a igualdade formal entre povos, atingindo âmbito internacional, através de uma constituição universal que tem como ideais direitos fundamentais inerentes à condição de dignidade humana. A carta universal de 1948 elenca 30 artigos, que são direitos universais, em sua estrutura formal nas quais são denominados direitos humanos, na verdade são super direitos na qual deverá ser observada de forma primordial, pois é responsável por estabelecer limites de instrução de cidadanias entre povos, estabelecendo valores universais, instituindo assim critérios de freios ao relativismo absoluto existente na sociedade, visando o bem e o convívio a todos os membros a ela pertencentes. Quando ocorre violação dos direitos humanos, atinge de certo modo a essência do direito, ocasionando assim prejuízos na realidade das práticas sociais, onde a coletividade é afetada, pois tornasse parte da crença da própria soberania dos países que o adotaram, desse modo à violação da constituição universal deve ser vista como abominável devido ao impacto social, político e cultural de toda a civilização até mesmo devido ao alcance internacional de tais direitos.

Palavras-chave: *Dignidade humana; Igualdade formal; Constituição universal; Intolerância.*

Abstract: Human rights have as their main objective human valorization, seeking to plan the formal equality between peoples, reaching international scope, through a universal constitution that has as ideals fundamental rights inherent to the condition of human dignity. The universal charter of 1948 lists 30 articles, which are universal rights, in their formal structure in which they are denominated human rights, in fact they are super rights in which it must be observed of primordial form, since it is responsible for establishing limits of instruction of citizenships between peoples, establishing universal values, thus instituting criteria of restraint to the absolute relativism existing in society, aiming at the good and the conviviality to all members belonging to it. When a human rights violation occurs, it affects the essence of the right to some degree, thus causing harm to the reality of social practices where the community is affected, because it became part of the belief of the very sovereignty of the countries that adopted it, thus the violation of the universal constitution should be seen as abominable because of the social, political and cultural impact of all civilization even because of the international reach of such rights.

Keywords: *Human dignity; Formalização equality; Universal constitution; Intolerance.*

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 15/07/2019; aprovado em 30/06/2020.

¹ Graduando em Direito. Faculdades Integradas de Patos - FIP. vasconcelosmarcos90@gmail.com; *

² Graduando em Direito. Faculdades Integradas de Patos - FIP. jacsonemanuelss@gmail.com;

³ Professor em Direito. Faculdades Integradas de Patos – FIP, taomedeiros@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Na antiguidade entre os séculos V e XV com advento do monarquismo absoluto, onde o rei soberano nomeado pela divindade exercia hoje como conhecemos os três poderes da república, de forma plena, desempenhando no exercício de sua atribuição o papel de julgador, legislador e executar as leis, onde o rei era detentor de todos os direitos, podendo intervir em direitos individuais naquela época como a propriedade, a liberdade de locomoção e livre manifestação, agindo de maneira arbitral, uma sociedade a qual era cedida e eles a possibilidade/obrigatoriedade de trabalho nos feudos baseado em uma relação servo-contratual, onde na maioria das vezes a coletividade não tinha direito sequer a um pequeno salário fruto de sua atividade laboral, ao longo dos anos, esse tipo de prática arbitral fez surgir críticas ao poder soberano do rei, onde a sociedade daquela época passou a questionar o advindo do poder estatal do rei, como também pleiteava através de reivindicações sociais direitos inerentes a dignidade da pessoa humana, uma vez que naquela época a realidade de direito positivado estava bem distante do que conhecemos hoje, naquela época vigora uma pequena parcela de direito natural, que poderia ser a qualquer tempo violado pelo soberano. A soberania do rei estava ligada a religião que naquela época, trabalhavam de forma conjunta fundamentando seus ideais uns no outro, atingindo e fragilizando a sociedade.

Com advento do iluminismo no século XVII e XVIII, que foi um movimento sociocultural, que deu origem a ideais de liberdade políticas e econômicas defendidas pela burguesia, buscaram romper através de clamor social o poder de determinada categoria de classe daquela época, buscando assim uma evolução social da estrutura como um todo, assim possibilitando um elevação no que conhecemos de direito natural com a iniciação de direitos positivados, surgindo assim os primeiros passos para o que conhecemos de direitos humanos, a valoração da condição humana, impondo limites no poder do estado e da igreja frente a direitos individuais, a crítica a igreja como também ao absolutismo foram bastante marcantes nessa época.

O surgimento dos direitos humanos está marcada ao longo de toda civilização humana desde a declaração do rei persa antes de Cristo conhecida como “Cilindro de Ciro”, que tratava da possibilidade de aceitação dos exilados de determinadas terras, como também conhecido como um dos marcos dos direitos humanos a Lei natural de Roma que ressalta a sociedade deve se adequar a natureza buscando a plenitude e harmonia, mas de forma mais significativa surgiu na França, por meio da declaração de direitos humanos da França, acarretando uma ideia de universalidade e positividade para aquela época, resgatando a essência humana trazendo uma imagem conjunta entre humanidade e dignidade.

A Declaração de Direitos Humanos que trazia junto dela os direitos sociais, direitos de 2ª dimensão onde o estado tem o dever de atuar através das políticas públicas visando o bem da coletividade para garantir assim uma sociedade mais justa e igualitária vale ressaltar, que a Declaração de Direitos Humanos foi

marcada pela aprovação do tratado conhecido como a Conferência de São Francisco, logo após do final da Segunda Guerra Mundial com objetivo de estabelecer a paz entre as nações, buscando a proteção dos prisioneiros de guerra, buscando harmonizar conflitos restantes da Segunda Guerra estabelecendo acordos sociais econômicos e cultural de uma nova era.

DESENVOLVIMENTO

A democracia, juntamente com a dignidade humana e igualdade, esses elementos compõe quase por completo os direitos humanos através da Organização das Nações Unidas, tais direitos essenciais para a prevalência do bem comum entre os povos, mas esses direitos foram adquiridos mediante muita luta social e política entre as nações, para atingirmos o que conhecemos de ideal hoje de direitos humanos fundamental sendo um caráter universal e democrático como fundamento no **Decreto Lei nº 19.841, de 22 de outubro 1945. *In Verbis*:**

Artigo 1º. Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;

Apesar de serem positivados em uma constituição em âmbito universal e de terem sido conquistados através de anos de luta sociocultural, para que seja tratada como primazia das práticas de controle social, apresenta uma grande ineficácia em sua efetividade uma vez que a vontade do estado (vontade política), exercida pelos governantes na maioria das vezes é omissa ocasionando prejuízos a coletividade, sob a justificativa de altos custos nos investimentos sociais, através da reserva do possível, que na concepção de SCAFF (2005):

O conceito de reserva do possível pública está casado com outro, muito caro aos direitos sociais, que é o da progressividade na concretização desses direitos. Os direitos prestacionais, tal como o direito à saúde, não são direitos que se disponibilizam integralmente de uma única vez. São direitos fornecidos progressivamente pelo Estado, de modo que, passo a passo, em um ritmo crescente, ele se torna cada vez mais concretizado — o que não ocorre com outros direitos, tal como o de maioridade, a qual se obtém de um dia para outro — literalmente. Os direitos

sociais são direitos implementados à prestação, de forma progressiva.[7]

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) as “*garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana*”. Nessa perspectiva Assevera Caliendo o qual ressalta como o limite do poder do estado na concretização de direitos fundamentais, onde apresenta limitações fáticas pôr do estado com a coletividade, aduz que:

A reserva do possível (Vorbehalt des Möglichen) é entendida como limite ao poder do Estado de concretizar efetivamente direitos fundamentais a prestações, tendo por origem a doutrina constitucionalista alemã da limitação de acesso ao ensino universitário de um estudante (numerus-clausus Entscheidung). Nesse caso, a Corte Constitucional alemã (Bundesverfassungsgericht) entendeu existirem limitações fáticas para o atendimento de todas as demandas de acesso a um direito.

A sanção pelo descumprimento dos direitos fundamentais perante a Organização das Nações Unidas ocorre em primeiro modo de forma administrativa, uma vez que o organização comunica ao ente violador da constituição universal, por qual motivo ocorreu a infração das prerrogativas universais, dado o direito de resposta ao ente infrator logo após a resposta busca medidas de mitigação do dano ocorrido no caso concreto através de pressão que exerce, uma vez que países violadores dos direitos humanos não são bem vistos na esfera global, causando de certo modo rompimento de relações sociopolíticas até mesmo na relação de comercialização entre as nações, como ressalta Amaral Junior (2008, p 13. E 21):

“A existência de regras é decisiva para a definição da ordem internacional. Concebida como padrão de relações, que abrange as dimensões subjetiva, objetiva e institucional, a ordem global – denominação que melhor descreve as mudanças internacionais do presente – não pode ser definida sem referência ao elemento normativo. [...] Desde as suas origens, o direito internacional procura reduzir a anarquia por meio de regras de conduta que possibilitem o estabelecimento de relações ordenadas entre os governos, além de satisfazer a necessidades e interesses dos melhores da comunidade internacional. Esta dialética entre cooperação e coexistência, que marca a cena internacional, é diretamente afetada pelas peculiaridades de cada momento histórico.”

Pode em determinados casos ocorrer expulsão de determinados países pertencentes a o grupo através da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, pela inobservância de regras e princípios gerais que regem e determinam critérios da organização, ocorre em último caso a comissão internacional através do veredito de quinze juízes, intervir na soberania nacional do país infrator visando a manutenção

da paz e a segurança internacional como disposto nos artigos 5º e 6 da Carta das Nações Unidas 1948, que aduz:

“Artigo 5º. O membro das Nações Unidas contra o qual for levada a efeito qualquer ação preventiva ou coercitiva por parte do Conselho de Segurança poderá ser suspensa do exercício dos direitos e privilégios de membro pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança. O exercício desses direitos e privilégios poderá ser restabelecido pelo Conselho de Segurança.

Artigo 6º. O membro das Nações Unidas que houver violado persistentemente os princípios contidos na presente Carta poderá ser expulso da Organização pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.”

Assim, o direito humanitário deve ser observado sempre nas relações de cunho internacional, derivando-se de regras e princípios preestabelecidos, buscando a harmonia entre as noções e a paz global. Qual se tratar de direitos fundamentais o estado deverá observar seu campo de limitação uma vez não podendo exceder os limites previsto em lei, (direitos negativos de primeira dimensão), uma abstenção do estado frente às liberdades civis e políticas, também de certo modo o estado não poderá se omitir na prestação de políticas públicas devendo agir buscando o bem comum.

Como afirmam Colin e Fowler (1999, p. 19):

A Constituição Federal de 1988 ofereceu a oportunidade de reflexão e mudança da caótica situação social brasileira, proporcionando espaço e visibilidade à área da Assistência Social. Entretanto, as reais condições para a reformulação da área dependem da intermediação da vontade e do compromisso político dos governantes e da força de pressão da sociedade.

. Considerando que os Direitos Humanos são o resultado de lutas históricas de toda humanidade, na busca dos homens por justiça e equidade social, podemos afirmar que muito já temos percorrido no caminho para a justiça social e o bem de todos, mas, por outro lado, muito temos ainda que percorrer, e, olhando para os séculos, vemos que a nossa luta é árdua e seus passos lentos. Nesse contexto aduz Marçal Justen Filho:

(...) a proporcionalidade se relaciona com a ponderação de valores. Não há homogeneidade absoluta nos valores buscados por um dado Ordenamento Jurídico, pois é inevitável atrito entre eles. Pretender a realização integral e absoluta de um certo valor significaria inviabilizar a realização de outros. Não se trata de admitir a realização de valores negativos, mas de reconhecer que os valores positivos contradizem-se entre si. Assim, por exemplo, a tensão entre Justiça e Segurança é permanente em todo sistema normativo. A proporcionalidade relaciona-se com o dever de

realizar, do modo mais intenso possível, todos os valores consagrados pelo Ordenamento Jurídico, O princípio da proporcionalidade impõe, por isso, o dever de ponderar os valores.[16]

A efetividade dos Direitos Humanos é uma questão que tem sido motivo de preocupação para todos aqueles que buscam condições de vida digna para o conjunto da Humanidade. Não obstante muitos países sejam signatários da Declaração de Direitos Humanos de 1948 e tenham em suas cartas constitucionais afirmados esses direitos, há ainda uma grande distância para sua efetivação.

CONCLUSÕES

Desse modo, pode-se afirmar a acessão dos direitos humanos ao longo de toda a civilização humana tornando parte da essência do direito, marcado pela conquista do povo através da busca de liberdades individuais, buscando o bem universal e a paz entre as nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos datada em 10 de dezembro de 1948, reconhecendo o caráter universal dos direitos fundamentais, pautada na dignidade da pessoa humana, resguardando de forma indistintamente a todos os membros a elas pertencentes, marcados através de suas características tal como a da indivisibilidade, interdependência e inter-relacionados, onde a comunidade internacional a todos de maneira digna, justa e equânime, mesmo frente as particularidades entre as nações para que aja uma cooperação internacional, visando atingir com mais facilidade e eficiência seu fim comum. Importante fixar como marco também da integração dos direitos humanos a confederação de Viena em 1933 suas resoluções tiveram bastante impacto para um novo modo de desenvolvimento humano, na qual enfatizava preceitos como direitos civis e sociais, econômicos e políticos, como também nessa e época as mulheres tiveram seu espaço social reconhecido em esfera internacional.

REFERÊNCIAS

- [1] AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Introdução ao direito internacional público. São Paulo: Atlas, 2008.
- [2] BRASIL. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.
- [3] CALIENDO, Paulo. Reserva do possível, direitos fundamentais e tributação. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (Org.). Direitos Fundamentais, orçamento e reserva do possível. Porto

Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

[4] JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva. 2009.

[5] SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

[6] UNICEF. Carta das Nações Unidas de 1948. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10134.html>. Acesso em 02 de novembro de 2018.